



24 de outubro



Dia Nacional de luta em defesa das liberdades democráticas, do serviço público e do IBGE

Em função dos debates promovidos no Seminário Nacional "O Serviço Público que queremos", que reuniu centenas de representantes das categorias do funcionalismo, foi aprovada a realização de uma mobilização nacional e estadual em defesa dos serviços públicos.

No IBGE vamos destacar a luta por verbas para a realização do Censo 2020, pela reestruturação da Carreira funcional e por concurso público. A orientação é que cada Núcleo Sindical promova atividades em seu estado ou unidade, reproduzindo as discussões do Seminário.

- *Em defesa dos serviços públicos e pela imediata revogação da Emenda Constitucional 95/2016, que limita os investimentos públicos a um teto de gastos;*
- *Revogação da Reforma Trabalhista e das leis de Terceirização (Decreto nº 9507/18), que cortam direitos dos trabalhadores e incentiva a precarização nos serviços públicos;*
- *Por concursos públicos e não ao congelamento dos vencimentos dos servidores;*
- *Não à Reforma da Previdência Social;*
- *Não a privatização das empresas estatais.*

JURÍDICO

Esclarecimento sobre a Ação dos 40 pontos da GDIBGE

Em reunião realizada na quarta-feira, 3 de outubro de 2018, entre representantes do DAPIBGE, o procurador-chefe do IBGE, o auditor-chefe e a assessora da Presidência do IBGE, ficou esclarecido que não há mudanças na Ação dos 40 pontos da GDIBGE. Todas as informações pertinentes estão na Nota Técnica da procuradoria do IBGE, já divulgada pela ASSIBGE-SN.

Portanto, não há necessidade de correr com o pedido de aposentadoria para assegurar os 40 pontos, porque a Ação já transitou em julgado e não há mais como o IBGE recorrer da decisão. O importante é que os ibgeanos se associem ao DAPIBGE para que o valor dos 40 pontos esteja garantido, em caso de falecimento, ao seu pensionista.

Ação da licença-prêmio não remunerada vai abranger pensionistas

A Justiça entendeu que a Ação judicial movida pelo Sindicato em favor dos ibgeanos que se aposentaram a partir de 2005 e não gozaram licença-prêmio (por isso têm direito à remuneração), deve ser estendida às pensionistas. O Departamento Jurídico da ASSIBGE-SN pede às pensionistas que solicitem ao IBGE um documento que confirme que os servidores em questão não receberam qualquer remuneração a título de licença-prêmio. Qualquer dúvida, entrem em contato com a **Dra. Cassiane, de 2ª a 6ª feira, das 10h às 12h. Tel: (21)3575-5761.**

17 de outubro

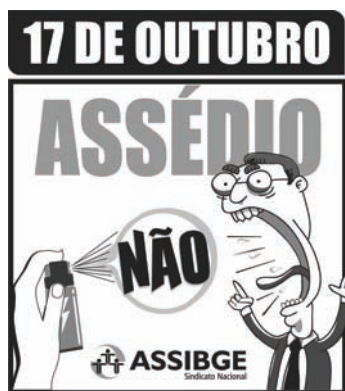
Dia de combate ao assédio moral, sexual e outras opressões

Uma prática mais comum do que se imagina. É o que mulheres, homossexuais e trabalhadores sofrem no trabalho, nos serviços públicos e na iniciativa privada. O assédio moral e sexual é parte de uma cultura de poder na nossa sociedade, quando alguém, geralmente em posição de comando, usa de sua posição para investir sobre seus subordinados.

No IBGE há muitos casos assim, em sua maioria abafados ou não denunciados, justamente porque

os assediados têm medo de serem prejudicados. A pressão psicológica permanente pode levar as pessoas a adoecer ou prejudicar seu desempenho profissional.

É justamente para debater esse tema que o Seminário "O Serviço Público que queremos", realizado no início de setembro, em Brasília, apontou a necessidade dos sindicatos realizarem um dia nacional de combate ao assédio moral, sexual e outras opressões no serviço público.



18 a 24 de outubro
SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

O racismo e a discriminação racial ainda são chagas bastante presentes na sociedade brasileira. Apesar de cerca de 9% da população se declarar negra, somente 4% dos parlamentares recém-eleitos são negros. Os postos de trabalho com pior remuneração são ocupados pela população negra, além do subemprego e outras formas precarizadas de trabalho.

A ASSIBGE-SN se somará ao esforço das entidades que lutam contra o racismo para levar o debate sobre este tema à nossa categoria. Caberá aos núcleos sindicais promover atividades durante a Semana da Consciência Negra.

Segundo turno da eleição presidencial 2018

AS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS E O FUNCIONALISMO

Como fez no primeiro turno das eleições de 2018, a Executiva Nacional da ASSIBGE-SN se dirige aos trabalhadores do IBGE para pedir que analisem as propostas dos candidatos à Presidência, seus compromissos e quem os rodeiam.

Para qualquer analista minimamente atento à política, está claro que há uma candidatura de centro-esquerda (Fernando Haddad) e outra, de extrema direita (Jair Bolsonaro). Mas essas classificações não servem muito, quando não são traduzidas em seus objetivos. Assim, separamos alguns pontos de interesse dos servidores para ajudar no debate.

COMO VOTOU



Jair Bolsonaro
votou
A FAVOR

PEC 95 - IMPÕE UM TETO DE GASTOS DA UNIÃO
COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS POR 20 ANOS

Fernando Haddad
seu partido se
posicionou **CONTRA**



COMO VOTOU



Jair Bolsonaro
votou
ABSTENÇÃO

PROJETO DE LEI DA TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA
(INCLUSIVE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS)

Fernando Haddad
seu partido se posicionou
CONTRA



Destacamos, abaixo, os trechos dos programas dos dois candidatos que dizem respeito diretamente aos servidores e aos serviços públicos:

FUNCIONALISMO PÚBLICO



Jair Bolsonaro

"Vemos um setor público lento, aparelhado, ineficiente e repleto de desperdícios. Podemos fazer mais com muito menos, partindo de um movimento de gestão pública moderna, baseado em técnicas como o "Orçamento Base Zero". (Pag 54)

"Daremos especial atenção ao controle de custos associados à folha de pagamento do Governo Federal". (Pag 55)



Fernando Haddad

"Para direcionar a ação estatal aos que mais precisam, estabeleceremos como critérios centrais de análise de suas políticas o impacto distributivo e o socioambiental..." (Pag 13)

"Investir na profissionalização e valorização do serviço público..." "É preciso qualificar os concursos e conter a privatização e a precarização no serviço público, expressas pela terceirização irrestrita". (Pag 13)

TETO DE GASTOS



Jair Bolsonaro

"Estimamos reduzir em 20% o volume da dívida por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União". "Algumas estatais serão extintas, outras privatizadas e, em sua minoria, pelo caráter estratégico serão preservadas". (Pag 56)

"Todos os recursos obtidos com privatizações e concessões deverão ser obrigatoriamente utilizados para o pagamento da dívida pública". (Pag 61)



Fernando Haddad

"Revogar o legado do arbítrio".

"É preciso ficar claro que é impossível governar o Brasil no interesse da Nação e do Povo sem revogar as medidas de caráter inconstitucional, antinacional ou antipopular editadas pelo atual governo ilegítimo". (Pag 12)

PREVIDÊNCIA SOCIAL



Jair Bolsonaro

"A grande novidade será a introdução de um sistema com contas individuais de capitalização. Novos participantes terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas". (Pag 57)



Fernando Haddad

"Rejeitamos os postulados das reformas neoliberais da Previdência Social, em que a garantia dos direitos das futuras gerações é apresentada como um interesse oposto aos direitos da classe trabalhadora e do povo mais pobre". "Já mostramos que é possível o equilíbrio das contas da Previdência a partir da retomada da criação de empregos, da formalização de todas as atividades econômicas e da ampliação da capacidade de arrecadação, assim como do combate à sonegação". (Pag 15)

Acreditamos que com as informações acima é possível o servidor público compreender as consequências de seu voto. Assim, pedimos a todos que reflitam, debatam com seus colegas de trabalho, amigos e familiares, para que os interesses de nosso povo e a democracia saiam fortalecidos das urnas.

*Em caso de dúvida, consulte e conheça a íntegra dos programas dos candidatos na internet

http://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf

http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-de-governo_haddad-13_capas-1.pdf